

1. Contexto Operacional

A Companhia, com sede em Timbó - SC, tem como atividade principal a industrialização e comercialização de peças para implementos agrícolas, peças para tratores, pás destinadas à construção civil e para fins diversos, lâminas para corte de pedras, acessórios ferroviários, peças para implementos rodoviários e outros produtos de aço, laminados e conformados a quente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

a) Abrangência

As presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e incluem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP);
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 09 de março de 2018.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada conforme nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme nota 2.2 (i).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a

aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

2.2. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA - Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme Nota 10, que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

(b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de

câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

(c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro

quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

(iii) Instrumentos financeiros

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

(e) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

(f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos

estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(g) Ativo biológico (consolidado)

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptus e pinus provenientes de plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 - Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada “avaliação a valor justo de ativo biológico”.

O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação.

(h) Investimentos

A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

(i) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de

operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

Adicionalmente, em 2010, a Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(j) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

(k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser

estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(l) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

(m) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

(n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

(o) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(p) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

(q) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de peças fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros, como divulgado na Nota nº 25.

2.3. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas

na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

(ii) Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e não operou com esses instrumentos.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

3. Pronunciamentos novos ou revisados

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

A companhia entende que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

3.2. Pronunciamentos novos ou revisados, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são baixo apresentadas.

▪ IRFS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros - O IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9 . A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: (i) classificação e mensuração, (ii) perda por redução ao valor recuperável e (iii) contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e concluiu não ter impacto significativo sobre seu patrimônio líquido e resultado em decorrência da adoção dessa norma.

▪ IRFS 15/CPC 47 - Receitas de Contratos de Clientes - A IFRS 15 introduz uma nova estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, que será aplicada às receitas originadas de contratos com clientes.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia avaliou os efeitos da IFRS 15 e concluiu não ter impacto significativo em seu patrimônio líquido e resultado como parte da adoção dessa norma.

▪ IFRS 16 - Arrendamento Mercantil - A IFRS 16 requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A adoção é exigida para os períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, sendo permitida adoção antecipada desde que a IFRS 15 também seja aplicada. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Remuneração das aplicações	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos		93.540	473.802	95.412	488.299
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	55.360.075	102.118.973	55.401.797	102.393.212
		<u>55.453.615</u>	<u>102.592.775</u>	<u>55.497.209</u>	<u>102.881.511</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

5. Títulos e valores mobiliários

O títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificadas como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Os saldos são demonstrados ao valor justo e as variações são contabilizadas no resultado.

Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil (BBAS3)	1.893.290	1.717.086
(-) Venda de Opções - Banco do Brasil (BBAS3)	-	(25.177)
Gerdau S/A (GGBR4)	14.856	12.960
Itausa (ITSA4)	105.588	-
(-) Venda de Opções - Itausa (ITSA4)	(597)	-
OGX Petróleo (OGXP3)	2.832	3.956
Petrobras S/A (PETR4)	2.196.585	2.289.504
(-) Venda de Opções - Petrobras S/A (PETR4)	(1.792)	-
Petróleo S/A (PRIO3)	32.720	8.712
Vale S/A (VALE5)	3.202.812	1.781.865
(-) Venda de Opções - VALE (VALE5)	(5.235)	(15.760)
	7.441.059	5.773.146

6. Contas a receber e outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	27.910.019	23.050.889	27.936.433	23.050.889
Mercado externo	27.493.034	27.434.635	27.493.034	27.434.635
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.080.097)	(3.174.743)	(3.080.097)	(3.174.743)
Outras contas a receber (i)	2.831.669	3.594.538	2.833.518	3.597.440
	55.154.625	50.905.319	55.182.888	50.908.221

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 26.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo, que teve a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado		
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas Saldo em 31/12/2017
Mercado Interno	654.375	988.952	(1.025.151) 618.176
Mercado Externo	2.520.368	-	(58.447) 2.461.921
	3.174.743	988.952	(1.083.598) 3.080.097

(i) Outras contas a receber tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos de salário e férias	1.130.039	1.532.629	1.131.888	1.535.382
Adiantamentos a fornecedores	911.861	866.874	911.861	866.874
Cessão de créditos de ICMS (a)	-	688.353	-	688.353
Outros valores	789.769	506.682	789.769	506.831
	2.831.669	3.594.538	2.833.518	3.597.440

(a) Refere-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e transferidos para fornecedores da Companhia.

7. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	18.990.941	26.945.004
Produtos em processo	12.243.758	10.466.371
Matérias-primas	16.160.417	14.875.649
Materiais secundários	6.719.264	6.554.972
Materiais de manutenção	2.272.843	2.397.867
Importação em andamento	75.757	18.882
Adiantamento a fornecedores	928.433	179.021
Provisão para perdas	(673.110)	(116.860)
	56.718.303	61.320.906

8. Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
ICMS (i)	4.096.503	1.541.250
IPI	8.811	12.418
IRPJ (ii)	2.271.627	4.251.293
CSLL (ii)	870.688	715.092
PIS/COFINS	157.626	224.170
REINTEGRA	797.918	34.928
	8.203.173	6.779.151

- (i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência para fornecedores da Companhia.
- (ii) Refere-se a antecipações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculadas com base na estimativa mensal, que superaram os valores apurados com base no ajuste anual.

9. Realizável a longo prazo

a) Outras contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos judiciais (i)	2.754.240	887.356
Empréstimos compulsórios	90.255	90.255
	2.844.495	977.611

- (i) Refere-se a depósitos para garantir o andamento de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhistas, cujas provisões, quando devidas, estão reconhecidas no passivo, assim constituídas:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Cíveis	129.267	55.221
Trabalhistas	30.943	17.143
Tributários	2.594.030	814.992
	2.754.240	887.356

b) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSL)

A conciliação do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre

o Lucro Líquido (CSL), calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ e CSL correntes	(2.392.133)	(4.604.900)	(2.399.486)	(4.652.050)
IRPJ e CSL diferidos	165.926	229.684	165.926	229.684

Impostos correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (controladora e consolidado) a Companhia não apresentava prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado 31/12/2017	31/12/2016
Sobre adições temporárias	(284.676)	(406.446)
Sobre depreciação custo atribuído	381.537	413.725
Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(290.134)	(144.665)
Sobre realização depreciação nova vida útil	359.199	367.070
	165.926	229.684

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	CSL	IRPJ	CSL	IRPJ
Adições temporárias:				
Provisão para perdas Eletrobrás	361.020	361.020	361.020	361.020
Contingências trabalhistas	81.500	81.500	215.300	215.300
Contingências cíveis	47.972	47.972	47.972	47.972
Comissão sobre vendas	857.397	857.397	747.384	747.384
Provisão para riscos de créditos	3.080.097	3.080.097	3.174.743	3.174.743
Provisão para perdas com estoques	673.110	673.110	116.860	116.860
Ajuste líquido receitas faturadas e não embarcadas	-	-	246.377	246.377
Perdas incorridas no mercado de renda variável	-	5.389.772	-	6.788.836
Base de cálculo	5.101.096	10.490.868	4.909.656	11.698.492
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
Imposto diferido	459.099	2.622.717	441.869	2.924.623

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução

final das contingências e dos eventos.

10. Investimentos

A seguir demonstramos um sumário das informações da Controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

METISA Florestal e Energética S.A.		
	31/12/2017	31/12/2016
Capital social realizado	1.905.000	1.905.000
Patrimônio líquido	10.465.870	10.692.502
Total de ativo e passivo	10.471.536	10.711.167
Receitas líquidas de vendas	-	10.605
Percentual de participação		
.No capital votante	100%	100%
.No capital total	100%	100%
Resultado do exercício da controlada	(226.632)	601.334
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	(226.632)	601.334
Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	10.465.870	10.692.502
Saldo de investimentos	10.465.870	10.692.502

11. Imobilizado

A movimentação é demonstrada conforme a seguir:

Controladora					
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	10.309.747	-	-	-	10.309.747
Edifícios e construções	30.055.110	-	-	1.919.757	31.974.867
Móveis e utensílios	4.597.548	146.152	(5.480)	-	4.738.220
Veículos	1.281.287	50.178	(47.513)	-	1.283.952
Máquinas e equipamentos	122.767.875	305.591	(934.775)	5.201.615	127.340.306
Imobilizações em andamento	7.529.037	5.614.125	(22.293)	(7.121.372)	5.999.497
Depreciação acumulada	(99.808.214)	(7.964.957)	987.768	-	(106.785.403)
	76.732.390	(1.848.911)	(22.293)	-	74.861.186

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Terrenos	11.197.285	-	-	-	11.197.285
Reflorestamento	9.971.159	37.195	-	-	10.008.354
Edifícios e construções	30.269.295	-	-	1.919.757	32.189.052
Móveis e utensílios	4.617.162	146.152	(5.480)	-	4.757.834
Veículos	1.378.377	50.178	(47.513)	-	1.381.042
Máquinas e equipamentos	122.826.612	305.591	(934.775)	5.201.615	127.399.043
Imobilizações em andamento	7.529.037	5.614.125	(22.293)	(7.121.372)	5.999.497
Depreciação acumulada	(100.637.008)	(8.022.002)	987.768	-	(107.671.242)
	87.151.919	(1.868.761)	(22.293)	-	85.260.865

12. Intangível

Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Software	1.008.761	-	-	-	1.008.761
Intangível em andamento	395.855	3.026	-	-	398.881
Amortização acumulada	(386.642)	(192.519)	-	-	(579.161)
	1.017.974	(189.493)	-	-	828.481

A depreciação e a amortização, em 31 de dezembro de 2017, da Controladora, totalizaram R\$ 8.157.476 (R\$ 7.854.134 em 31 de dezembro de 2016). Desse total, R\$ 7.545.785 (R\$ 7.217.283 em 31 de dezembro de 2016) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

13. Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados a seguir:

Controladora e Consolidado				
Modalidade	Finalidade	Encargos Financeiros	31/12/2017	31/12/2016
EXIM - BNDES	Capital de giro	Juros de até 5,50% a.a.	-	7.494.536
EXIM - BNDES	Capital de giro	Juros de até 8,00% a.a.	-	39.982.348
ACE/ACC	Capital de giro	VC + juros de até 2,00% a.a.	26.301.653	31.182.761
Total dos empréstimos no circulante			26.301.653	78.659.645

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, sendo que os de capital de giro - EXIM BNDES, possuem cláusulas restritivas ao descumprimento de metas (covenants), as quais cumpre integralmente.

14. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ e CSLL	771.875	796.285	773.099	798.320
ICMS	56.694	75.551	56.694	75.551
IPI	159.039	30.371	159.039	30.371
PIS/COFINS	-	-	443	-
CPRB	128.247	160.458	128.247	160.458
IRRF	905.668	880.660	906.134	881.031
Outros tributos	17.033	16.697	17.379	16.697
	2.038.556	1.960.022	2.041.035	1.962.428

15. Participação de empregados

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 4% fixos e 6% variáveis de acordo com as metas atingidas.

16. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, bem como as operações entre a Companhia e partes relacionadas foram realizadas conforme a seguir.

a) Remuneração dos administradores

A Companhia provê a seus administradores remuneração fixa e variável, que é determinada conforme estatuto e legislação societária.

Os montantes referentes à remuneração paga, ao Conselho de Administração e Diretores Estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração fixa	5.524.900	5.279.800	5.602.012	5.351.144
Remuneração variável	1.426.106	1.864.469	1.426.106	1.864.469

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

b) Operações com partes relacionadas

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecimento de serviços:		
PARTBANK S.A	485.904	474.444
Ricardo Teixeira Mendes	265.536	259.276
Elite CCVM Ltda.	18.816	23.336
Fornecimento de produtos e insumos:		
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda.	130.764	154.217

17. Provisões para contingências

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas, pelos assessores jurídicos da Companhia, como perda provável, foram constituídas provisões. A Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	
Cíveis	47.972	1.488.932	-	1.536.904
Tributárias	1.703.199	595.649	(490.111)	1.808.737
Trabalhistas	215.300	55.000	(188.800)	81.500
	1.966.471	2.135.581	(678.911)	3.427.141

Tributárias: refere-se a demandas judiciais relativas ao INSS e para as quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 2.298.848 (R\$ 571.791 em 31 de dezembro de 2016).

Trabalhistas: consiste em diversas matérias relacionadas à área trabalhista.

18. Impostos diferidos registrados no passivo não circulante

A Companhia apresenta o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Crédito Tributário Ativo (i)	3.081.816	3.366.492
Crédito Tributário Passivo (ii)	9.139.796	9.565.988
Passivo Líquido não Circulante	6.057.980	6.199.496

- (i) Refere-se a créditos sobre diferenças temporárias (Nota 9).
- (ii) Foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado (deemed cost) e diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil.

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2017, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2016), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A Companhia mantém em tesouraria 125.500 ações preferenciais de sua emissão (125.500 ações em 31 de dezembro de 2016).

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração, em 09 de novembro de 2017, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,55 por ação preferencial e R\$ 0,50 por ação ordinária, para pagamento em 15 de dezembro de 2017, cujo montante foi assim determinado:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do exercício	13.142.924	13.436.291
Reserva legal	(657.146)	(671.814)
Reserva de incentivos fiscais	(2.229.690)	-
Reserva de lucro a realizar	(37.195)	(847.927)
Lucro líquido ajustado	10.218.893	11.916.550
Juros sobre o capital próprio	4.745.843	4.745.843
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	46,44	39,82

Aos Acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10 % (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

c) Reservas de lucros

▪ Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

▪ Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

O saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 5.473.050, será mantido em conta de reserva de lucros, para futuros investimentos e manutenção do capital de giro, conforme orçamento de capital.

20. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	202.498.687	195.304.351	202.533.585	195.314.956
Mercado externo	75.453.990	58.741.289	75.453.990	58.741.289
(-) Impostos sobre vendas	(37.845.848)	(36.885.209)	(37.848.116)	(36.885.898)
	<u>240.106.829</u>	<u>217.160.431</u>	<u>240.139.459</u>	<u>217.170.347</u>

21. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com pessoal	5.154.094	4.826.997	5.170.722	4.843.378
Despesas com serviços de terceiros	1.376.235	1.632.136	1.379.970	1.635.861
Honorários conselho fiscal	360.000	353.000	360.000	353.000
Honorários dos administradores	5.524.900	5.279.800	5.602.012	5.351.144
Participação no lucro dos empregados	716.282	717.472	716.282	717.472
Participação no lucro dos administradores	1.485.506	1.426.106	1.485.506	1.426.106
Gastos com materiais gerais	1.091.287	1.010.584	1.101.464	1.026.036
Outras despesas	2.272.871	2.399.438	2.331.367	2.451.043
	<u>17.981.175</u>	<u>17.645.533</u>	<u>18.147.323</u>	<u>17.804.040</u>

22. Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Despesas variáveis de vendas	20.562.559	19.641.339
Despesas com pessoal	4.973.862	4.960.772
Despesas com propaganda e publicidade	1.382.785	1.094.687
Despesas com viagens	506.275	535.665
Provisão para devedores duvidosos	876.998	1.117.672
Outras despesas	954.354	977.610
	29.256.833	28.327.745

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras				
Juros de mora	1.063.032	836.118	1.063.053	836.119
Descontos	76.034	23.721	76.034	23.721
Dividendos e JSCP	115.700	45.248	118.300	45.248
Variações cambiais de exportação	6.816.181	12.210.795	6.816.181	12.210.795
Receita de títulos e valores mobiliários	2.716.193	4.690.615	2.716.193	4.690.615
Receita aplicações financeiras	7.286.786	18.178.297	7.303.271	18.231.450
Outras variações monetárias	70.650	186.287	70.650	186.287
Reversão de perdas com contas a receber	94.354	48.233	94.354	48.233
	18.238.930	36.219.314	18.258.036	36.272.468

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Financeiras				
IOF/PIS/COFINS	578.672	1.183.155	578.672	1.183.155
Juros	2.713.713	7.146.643	2.713.859	7.146.693
Despesas bancárias	527.214	503.375	527.760	503.487
Descontos/deságios	74.403	31.519	74.403	31.524
Variações cambiais	5.236.545	10.520.160	5.236.545	10.520.160
Perdas com títulos e valores mobiliários	1.317.130	1.713.364	1.317.130	1.713.364
	10.447.677	21.098.216	10.448.369	21.098.383
Resultado financeiro líquido	7.791.253	15.121.098	7.809.667	15.174.085

24. Lucro líquido por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

25. Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As

instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram “linhas de produtos” diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único segmento operacional.

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.).

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrado na Nota 6.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras é assim composto:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	55.497.209	102.881.511
Títulos e valores mobiliários	7.441.059	5.773.146
Contas a receber de clientes	55.429.467	50.485.524

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a seguinte posição por vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	43.931.505	37.868.782
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	6.244.643	5.847.582
De 31a 90 dias	1.913.601	1.365.464
De 91a 180 dias	306.934	618.140
De 181a 360 dias	312.223	819.350
Acima de 360 dias	2.720.561	3.966.206
	55.429.467	50.485.524

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado (Nota 22). Quando não existe expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados lançados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são revertidos contra a baixa definitiva do título para o resultado do exercício.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizadas no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima.

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 4 e 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo (Nota 6).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;

- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

(b) Instrumentos financeiros

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.
- Títulos e valores mobiliários - Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais.

Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

(c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

(d) Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

27. Cobertura de seguros (não auditado)

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 39.163.464, com base na característica dos bens. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia.